## REQUERIMENTO N°

, DE 2022

(Da Sra. Luiza Erundina e do Sr. Gustavo Fruet)

Requer a realização de Audiência Pública destinada a debater a violência contra jornalistas e garantias para o exercício da liberdade de imprensa no período eleitoral de 2022.

Senhor Presidente,

Requeremos a V. Exa, com base no art. 58, inciso II, da Constituição Federal, e no art. 24, inciso VII, e art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de sessão de Audiência Pública conjunta da Comissão de Direitos Humanos (CDHM) e Minorias e da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) destinada a debater a violência contra jornalistas e garantias para o exercício da liberdade de imprensa durante o período eleitoral de 2022 no Brasil.

Requeiro ainda que sejam convidadas para participar desta Audiência Pública as seguintes autoridades e/ou entidades:

- 1- Federação Nacional dos Jornalistas, Sra. Maria José Braga;
- 2- Associação Artigo 19, Sr. Thiago Firbida;
- 3- Tribunal Superior Eleitoral, Sr. Ministro Alexandre de Moraes;
- 4- Ministério Público Federal, Sra. Procuradora Raquel Dodge;
- 5- Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas/Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Sr. Herbert Borges Paes de Barros;
- 6- Twitter Brasil Rede de Informação Ltda., Sra. Daniele Kleiner.

## **JUSTIFICAÇÃO**

O acesso à informação é um direito humano fundamental para o exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia. Durante o período eleitoral, o papel da imprensa se torna ainda mais relevante para garantir o acesso à informação necessária para uma participação cidadã no debate público e no processo eleitoral de forma consciente e crítica. Entretanto, as eleições de 2022 no Brasil serão realizadas em um contexto de crescentes ataques a jornalistas, comunicadores e violações da liberdade de imprensa, que tendem a se agravar durante a campanha.

De acordo com a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), entre 2019 e 2021, o total de casos de violência contra jornalistas no Brasil somou 1.066 ocorrências – total superior à soma de todos os episódios registrados pela





Federação entre os anos de 2010 e 2018<sup>1</sup>. Dados da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) apontam que, em 2021, foram registrados 453 ataques contra comunicadores e meios de comunicação<sup>2</sup>. Em 69% dos casos, a agressão foi provocada por agentes estatais. Já levantamento da Repórteres Sem Fronteiras em parceria com o Instituto Tecnologia e Sociedade do Rio registrou, somente entre março e junho de 2021, meio milhão de tweets contendo hashtags com ataques à imprensa nesta rede social. Entre janeiro e abril de 2022, segundo a Abraji, já tivemos um aumento de 26,9% nos ataques, comparado com o mesmo período do ano passado.

Nas duas últimas eleições em 2018 e 2020, jornalistas, comunicadores e veículos da imprensa foram alvo de todo tipo de violência: agressões físicas; ofensas e discursos estigmatizantes; campanhas de descredibilização com viés de gênero no ambiente digital; remoção de conteúdo jornalístico e censura por meio de processos judiciais; e criminalização de jornalistas por meio de investigações policiais baseadas nos chamados "crimes contra a honra".

Em carta pública lançada no dia 3 de maio – Dia Mundial da Liberdade de Imprensa –, organizações nacionais e internacionais alertaram as autoridades e a sociedade como um todo sobre os riscos da escalada dessas agressões e destacaram a importância de uma ação coletiva para garantir o livre exercício do trabalho jornalístico no período eleitoral.3 Segundo o documento, "para fortalecer o processo democrático, autoridades e instituições dos três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – devem respeitar a liberdade de imprensa e, sobretudo, atuar de forma proativa para proteger jornalistas e veículos da imprensa, para que possam realizar seu trabalho de forma segura".

A Audiência Pública tem o objetivo de discutir este contexto e medidas que podem ser adotadas para garantir o exercício da atividade jornalística neste período tão estratégico para a nossa democracia.

Sala da Comissão, em de maio de 2022.

> DEPUTADA LUIZA ERUNDINA PSOL/SP

## **DEPUTADO GUSTAVO FRUET** PDT/PR

.amazonaws.com/uploads/ckeditor/attachment\_file/data/516/Carta\_3\_de\_maio\_articula\_oVfinal.pdf Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiza Erundina e outros





<sup>1</sup> Ataques ao Jornalismo e ao sei Direito à Informação, Dossiê Fenaj e Objethos, 2022. Disponível em: https://objethos.files.wordpress.com/2022/04/dossie fenaj objethos.pdf

<sup>2</sup> Monitoramento de Ataques a Jornalistas no Brasil - Relatório 2021, Abraji, 2022. Disponível em: https://abraji-bucket-001.s3.sa-east-1.amazonaws.com/uploads/publication\_info/details\_file/e8854cf1-3ab3-46ea-8573-0137090e0a6f/Relato\_rio\_Monitoramento\_de\_ataques\_a\_Jornalistas\_no\_Brasil\_02.05.2022.pdf

<sup>3 &</sup>quot;Organizações pedem garantias à liberdade de imprensa nas eleições de 2022", 2022. Disponível em: ■ <a href="https://abraji-bucket-001.s3.sa-east-">https://abraji-bucket-001.s3.sa-east-</a>

## Requerimento (Da Sra. Luiza Erundina)

Requer a realização de Audiência Pública destinada a debater a violência contra jornalistas e garantias para o exercício da liberdade de imprensa no período eleitoral de 2022.

Assinaram eletronicamente o documento CD225954893900, nesta ordem:

- 1 Dep. Luiza Erundina (PSOL/SP)
- 2 Dep. Gustavo Fruet (PDT/PR)

